

309

Situação e presença

Otto Maria Carpeaux

Publicado em 1941, o primeiro ano de Carpeaux como crítico literário no Brasil, este esquecido ensaio explora as tensões imanentes ao ofício da historiografia e da crítica literárias a partir dos exemplos contrastantes de Charles Saint-Beuve e Benedetto Croce.

SITUAÇÃO E
PRESENÇA:
ALGUMAS
REFLEXÕES
SOBRE A
CRÍTICA
LITERÁRIA

OTTO MARIA
CARPEAUX

Entre as atividades espirituais, a crítica literária não é a mais elevada, porém a de mais responsabilidade. A crítica literária pode ser tudo: uma arte verdadeiramente criadora, uma felicidade incomparável de sensibilidade artística, uma direção severa da consciência de uma nação. Muitas vezes o crítico é o advogado, outras vezes, o Ministério Público, e sobretudo o juiz. O que se censura como “disponibilidade” é, no crítico, o desinteresse, a independência de todos os partidos, e o que faz o verdadeiro crítico. Eis porque a profissão de crítico exige, sendo mesmo mais necessário que a inteligência um caráter, um homem.

O caráter faz com que o juiz julgue realmente com justiça, segundo o Código. Mas onde está o código da crítica literária? Crítica pede um critério; mas verdadeiramente não existe um. A fé ingênua nas normas da antiguidade ou nos preceitos de algum esteta de princípios está definitivamente perdida, e a experiência provou que esta fé por si só não preserva dos erros os mais grotescos. A grande *History of Criticism* de George Saintsbury é uma história universal de erros humanos! Todas as normas falharam e, fora das normas, o gosto o mais “*raffiné*” não impediu que Anatole France chamasse o ridículo Hector Malot “o Dostoiévski francês”.

E não existe aí uma palavra para rir. Para todos os homens, que encararem a crítica literária como um assunto sério, a ausência de um critério seguro será um pesadelo que os perseguirá durante a vida toda. O problema é verdadeiramente insolúvel. E o melhor será encará-lo da maneira mais precisa, a fim de determinar as causas. E são precisamente os erros dos grandes críticos que nos instruem mais.

Os maiores críticos que conheço são: Charles Sainte-Beuve e Benedetto Croce. Dois homens que deixaram as suas literaturas diferentes do que as encontraram. Duas competências incontestáveis. Mas que sendo homens, não são naturalmente infalíveis. E o que há de mais notável é que as fraquezas de Sainte-Beuve e de Croce são diretamente opostas. Sainte-Beuve parte do homem e Croce parte da obra, e parece que estes dois métodos levam a triunfos e a derrotas igualmente opostos.

Sainte-Beuve é infalível na literatura do passado. Não estamos sempre conscientes de que vemos ainda toda a história literária francesa pelos

olhos de Sainte-Beuve. Ele tornou a descobrir Ronsard e a Pléiade, ele viu Montaigne e Pascal, Bossuet e os moralistas, Corneille e Racine, Molière e Voltaire, como nós os vemos. Devemos a ele a psicologia de Mme. de la Fayette, a paixão do Abade Prévost e a melancolia de Chateaubriand. Até 1830, ele sabe tudo, compreende tudo, julga tudo. Depois se torna perigoso. Desconheceu Stendhal e desprezou Balzac; negou Flaubert; depreciou Hugo e descuidou-se de Musset; desconheceu Nerval. Aos versos de Baudelaire ele era surdo. A inveja e o rancor deste pequeno grande homem foram a causa sem dúvida. Mas agora é preciso explicar porque Benedetto Croce cai exatamente em lado oposto.

Durante trinta anos, o diretor da revista *Crítica* é o juiz e a consciência da literatura contemporânea. É um iconoclasta. Seu templo tem alguns deuses duvidosos, mas imensamente adorados; Croce é inexorável: ele aponta Fogazzaro e seu catolicismo indeciso; d'Annunzio e a sua nulidade grotescamente paramentada, denuncia toda uma geração corrompida. Por outro lado os talentos os mais ocultos, os mais esquecidos, não lhe escapam: descobre um Gozzano, um Gaeta. Assinala a literatura feminina, uma Aganoor, uma Neera, que até aquele momento só eram conhecidas nos salões, enquanto que Sainte-Beuve nunca se apercebeu da existência de sua contemporânea Marcelline Desbordes-Valmore. Croce é um modelo, mas somente para depois de 1830. Seu grande livro sobre a literatura italiana do século XVII é de primeira ordem, mas de ordem histórica. Como crítico do passado, Croce quase sempre fracassou: brutalmente desconheceu Leopardi e Kleist, fez uma escolha arbitrária das obras de Goethe, e mesmo ousou reduzir a fragmentos a obra de Dante.

Vendo-se estas duas inteligências e essas duas apreciações extraordinárias, temos um enigma cuja solução deve ter alguma relação com o método de Sainte-Beuve de buscar pela psicologia os elos entre o homem e sua obra, e com o método de Croce, de eliminar sucessivamente as sobras não líricas da obra e reduzi-las ao seu fundo lírico. Esta relação possivelmente nos diria qualquer coisa sobre o critério crítico. Mas onde está a relação?

Duas distinções fundamentais se impõem: primeiramente entre a história literária e a crítica literária; depois, entre os dois objetos, dos quais de ambas elas se ocupam: situação e presença.

A diferença entre a história e a crítica resulta da maneira diferente pela qual elas se servem da filologia. Para o historiador, a filologia criou os métodos de estudar o uso da língua de uma época, de um autor. De acordo com uma definição inglesa “o poema é a língua, cheio de sentido

até o fim”; a filologia do historiador estuda esta língua; a filologia do crítico estuda o sentido. Ora, o estudo da língua fornece a situação histórica de um autor e de sua obra; o estudo do sentido fornece a presença, pela qual uma obra se subtrai do tempo histórico e torna-se imortal: sempre presente.

Pela primeira vez, encontramos o problema do tempo. Mas, antes de assinalá-lo, seria bom precisar as coisas.

Na evolução literária, os autores e as obras têm uma situação ou uma presença, ou então ambas. Situação sem presença, isto significa a importância puramente histórica. Presença sem situação é a simples atualidade; o acordo da situação e da presença faz a prerrogativa do gênio. No passado literário, o historiador quer fixar as situações, o crítico realçar a presença. Na literatura contemporânea, onde tudo é presente, o historiador nada tem a fazer. O crítico tenta determinar as situações. Deste modo o historiador e o crítico não se entendem muito bem.

Quando havia um código de normas estéticas este problema não existia. O Código cala. É então que Taine, o historiador, exige o estudo das condições históricas, para localizar as obras. Mas Sainte-Beuve, o crítico, contradiz: ele não vê os livros, mas os homens, estuda a personalidade fora do tempo para dar mais vida, na história, ao que vive para realçar as presenças. Foi o método que ele usou magistralmente. Mas na literatura contemporânea, onde a abstração do tempo é impossível, Sainte-Beuve falha precisamente pela personalidade: ele próprio só era um homem. Croce, ao contrário, triunfou na literatura contemporânea porque eliminava a personalidade para interrogar somente a obra e sua presença. No passado, onde esta presença absoluta é impossível, o método eliminatório leva a tais dissecações que, em aparência, as obras sucumbem, mas na verdade é o crítico que falha. As glórias e as derrotas de Sainte-Beuve e de Croce se reduzem a justas ou a falsas eliminações do fator “tempo”.

A literatura não se dirige mais ao crítico e sim ao leitor. Mas o que deseja o crítico, este intruso? Formar o espírito dos leitores? Neste caso, Sísifo teria sido o primeiro crítico. O crítico queria julgar, para superar a estreiteza do momento atual, para antecipar o julgamento do século a vir. É um empreendimento titânico: queria aniquilar o tempo. Tenta o mesmo processo em relação às obras do passado: aniquilar o tempo que passou entre a época da obra e a nossa. Azorín exige mesmo uma crítica dentro do espírito dos contemporâneos, uma “crítica contemporânea”.

Mas o historiador não permite. O crítico quer aniquilar o tempo, o historiador quer conservá-lo. O historiador escreve a história de uma obra; o crítico se interessa pela sua interpretação.

A obra de arte não tem um só sentido, porém vários, o que a torna profunda. A obra de arte não é nunca inteiramente compreendida. Cabe à interpretação acrescentar alguma coisa à obra. Com o tempo uma “aura” se forma em volta da obra, uma “aura” que modifica as perspectivas e os valores. O historiador escreve a história; o crítico faz a revisão.

Essas duas tarefas diferentes não se podem comparar a estudos matemáticos ou a ciências naturais. Não há equações a resolver, nem fórmulas infalíveis a aplicar. No sentido estreito de “caráter científico” não haverá nunca uma crítica científica; mas a história literária não é uma “ciência exata”. Não haverá nunca critérios que se possam aplicar mecanicamente. Entretanto existem ciências auxiliares, e é notável a maneira diferente do historiador e do crítico em usá-las.

Dentro das ciências auxiliares, esqueço de propósito a bibliografia, que não é uma ciência, mas uma técnica. Mas existem os novos métodos comparativos, os teoremas etimológicos, filosóficos, biológicos, históricos, cujas obras recentes são em profusão, e que dão às histórias literárias, ingênuos compêndios de escola de outrora, um novo ar de audácia e de rigor ao mesmo tempo. É definitivamente uma ciência autônoma.

Esses mesmos teoremas servem ao crítico; pois lhe ensinam outras coisas, não as dialéticas das evoluções históricas e sim a independência de toda a crítica de outrora. O crítico faz a crítica de uma crítica anterior, cujos limites ele esclarece. A história literária torna-se uma história de ressurreição, adaptada às novas sensibilidades do presente. Desta forma as poesias espanholas medievais e gongoristas, a escola de Lyon, o barroco, o classicismo inglês e mil outras maravilhas erguem-se dos túmulos onde a bibliografia os tinha sepultado, e eles confirmam a sensibilidade e a compreensão para a nossa poesia. O historiador descobre esses tesouros e o crítico faz a interpretação que se transforma em revisão geral dos valores.

Essas duas tarefas diferentes exigem faculdades diferentes. A inteligência e o saber se entendem automaticamente ou deveriam se entender em ambos os casos. Mas a história dos valores se baseia antes de tudo sobre a erudição, e a revisão dos valores exige coragem. A crítica do passado fere sempre a suscetibilidades. E a crítica do presente? O que são essas “auras” para as obras do passado, são para as obras contemporâneas: a reputação de um autor, a atualidade do assunto, o gosto do público, a publicidade do editor.

Tantos valores arrogados em geral a revisar. Conhece-se o bom crítico pelo seu caráter mais do que pela sua inteligência. O mau crítico não é mais do que o secretário das opiniões do autor, do público, do editor. Às vezes, e é o caso da crítica acadêmica, o crítico é o secretário das opiniões dos seus avós. É aqui que se encontra a maior tentação do historiador que experimenta a crítica. Ele que vive na história não pensa no futuro, enaltece o que teria agradado aos seus verdadeiros contemporâneos, os mortos. É por isso que a crítica dos professores está quase sempre em atraso de uma ideia e de uma geração. A verdadeira crítica é sempre adiantada.

Desta forma a diferença essencial entre o historiador e o crítico é uma diferença de tempo. O primeiro vive no passado, o segundo no futuro. Pelas diferenças das suas tarefas eles têm ambos perfeitamente razão.

O historiador literário faz o inventário das críticas acumuladas. Fixa os valores da tradição. Sua maior ambição é de dar um *idearium* completo da sua literatura. O crítico não faz um inventário; faz a crítica do inventário. É por isso que uma história literária, feita por um crítico, desperta um interesse excepcional. O crítico não fixa os valores; cria-os por intermédio da arte. Uma grande experiência nos ensinou que a literatura antecipa, pelos seus símbolos, o futuro. Mas a arte cria os seus símbolos, sem tirar deles conclusões. A crítica tira desses símbolos as suas conclusões; a crítica cria valores. O crítico não escreve um *idearium* e sim um modesto diário; mas o seu jornal é um calendário do futuro. Ele é o historiador das eras vindouras.

Numa peça de Ibsen, um homem de gênio resolve escrever a história do porvir; um bom professor de história se amedronta: “Não conhecemos as situações que o futuro nos prepara, e somente um louco quereria escrever essa história”. O problema do tempo, o problema de situação e de presença voltam.

A vida olhada de uma maneira superficial parece somente presença, e as obras do espírito parecem inteiramente ligadas a situações históricas. Uma mais alta verdade nos ensina o que diz um poeta que citei outro dia: “Nos olhos do espírito tudo é presença”. É a vida que passa sem voltar, composta de situações passageiras. Distinguir e ligar as situações, as presenças e a vida é a tarefa interminável, o fim supremo do crítico. É a medida da sua inteligência e da sua coragem, a medida de sua responsabilidade perante os seus contemporâneos e perante os que virão depois. Neste sentido o crítico é um homem que deve a todo momento professar uma fé. Propagando-a, ele é um verdadeiro professor.

Foi de propósito que escolhi minhas palavras. Várias vezes, confrontei o historiador, o professor e o crítico. Era necessário. Mas na vida as coisas não são tão simples. Houve em França sobretudo, e em outros países, professores que foram grandes críticos; e quando o grande crítico se torna professor devemos felicitar os seus alunos.

Publicado no suplemento do jornal carioca
Correio da Manhã de 30 de novembro de 1941.

Inédito em livro.